



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 11/2022

Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu-se no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação das atas n.º 9/2022 e n.º 10/2022, referentes às reuniões plenárias de 26 de outubro e 4 de novembro de 2022;
2. Proposta de Plano de Atividades e Orçamento da Universidade do Minho 2023;
3. Proposta de Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social 2023;
4. Extinção da subunidade orgânica da Escola de Ciências – Centro de Biologia Funcional de Plantas;
5. Proposta de edital do estudo sobre o bem-estar e a saúde mental dos membros da Comunidade Académica;
6. Apresentação dos resultados do inquérito sobre a perceção dos investigadores sobre a estrutura da carreira de investigação em regime de direito privado na UMinho;
7. Informações.

Estiveram presentes o(a)s Conselheiro(a)s, Maria Joana Raposo Marques Vidal, que presidiu a reunião, Ana João Gomes Rodrigues, António Carlos Fernandes Rodrigues, António Joaquim Onofre de Abreu Ribeiro Gonçalves, Isabel Maria Costa Soares, Joana Rodrigues Arantes Silva, João Afonso Maia da Silva, Luís António Martins Santos, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Marta Alexandra Teixeira Mestre, Nuno Miguel Dias Cerca, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio, Ricardo Duarte Faria Lopes, Rui Jorge Machado Oliveira, Tiago Filipe Silva Miranda, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Participaram por videoconferência a(o) Conselheira(o) Ana Margarida Silva Gonçalves e Ángel Maria Carracedo Álvarez. Estiveram também presentes o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro e o Administrador da Universidade, Dr. Eduardo Ferreira. Justificaram a ausência a(o)s Conselheira(o)s, Delfina Rosa Rocha Gomes, Joaquim Agostinho Castro de Freitas e Manuela da Assunção Borges Vaz Soares. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

No ponto antes da ordem do dia, a Presidente fez referência a duas missivas remetidas ao Conselho pelo Conselho da Escola de Medicina e por um Grupo de Estudantes de Doutoramento do Centro de Investigação

do Centro de Biologia Molecular e Ambiental da UMinho. Por entender que as duas missivas levantam questões que poderiam ser debatidas e respondidas no ponto da ordem do dia de apreciação do Plano de Atividades e de Execução Orçamental, a Presidente colocou à consideração do Conselho que a análise das mesmas aí decorresse, o que foi aceite unanimemente.

Ainda neste ponto, a Presidente transmitiu ao Conselho que a Dr.^a Maria José Oliveira iria cessar as funções no Secretariado do Conselho, tendo manifestado, relativamente ao tempo em que exerce a presidência do órgão e do que lhe foi transmitido pelos anteriores Presidentes, um profundo agradecimento pelo trabalho desenvolvido no Conselho e na Universidade, com profissionalismo, dedicação e lealdade.

A Conselheira Ana João Rodrigues disse rever-se nas palavras proferidas previamente pela Presidente, tendo de seguida dirigido à Dr.^a Maria José Oliveira um agradecimento pessoal e institucional pelo trabalho por ela desenvolvido no apoio à Comissão Especializada por ela coordenada, designadamente, pela disponibilidade sempre demonstrada, pela sua eficiência, bem como por algo que considerou raro nos dias de hoje e que diz respeito ao facto de a Dr.^a Maria José não realizar apenas aquilo que lhe é pedido, mas ela própria sugerir matérias a desenvolver no âmbito da atuação do Conselho, disponibilizando-se sempre para sobre elas trabalhar. Enalteceu, ainda, o facto de a Dr.^a Maria José Oliveira possuir excelentes qualidades de relacionamento interpessoal.

O Conselheiro Victor Soares solicitou que as intervenções da Presidente e da Conselheira Ana João Rodrigues, sublinhadas pela salva de palavras do Conselho, ficasse de alguma forma traduzida em ata, como menção e louvor em agradecimento por tudo aquilo que a Dr.^a Maria José realizou e representa para o Conselho. Neste sentido, a Presidente propôs que esse louvor fosse formalizado nos termos exigidos legalmente, o que foi aceite por unanimidade.

Foi conferida a palavra ao Reitor, que referiu ter vindo a interagir de perto com a Dr.^a Maria José Oliveira há já cinco anos, e que não pode senão testemunhar aquilo que foi dito sobre a grande qualidade, compromisso e lealdade que sempre pôs no trabalho que realizou, que é um trabalho que envolve alguma delicadeza pelo que significa de garantia das condições de articulação entre o próprio, o seu Gabinete e o Conselho, agradecendo e desejando-lhe as maiores felicidades para as novas funções.

Também o Conselheiro Ángel Carracedo agradeceu à Dr.^a Maria José Oliveira o trato excecional que sempre teve para consigo e a colaboração por ela sempre prestada.

Ainda no ponto antes da ordem do dia, o Conselheiro Tiago Miranda referiu que na reunião da Comissão Especializada de Governança, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (CE-GAIAF), havia surgido uma dúvida no que se refere à indefinição da nomeação do(a) novo(a) Administrador(a) dos Serviços de Ação Social da UMinho (SASUM), questão já ultrapassada, se faria sentido ou não a discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento dos SASUM para 2023, dado que a nova Administradora não terá estado envolvida na sua elaboração. Neste sentido, propôs que este ponto fosse adiado para uma próxima reunião do Conselho,

de modo a que a nova Administradora possa analisar os documentos e, eventualmente, apresentar uma versão do mesmo com o seu cunho. A Presidente esclareceu que o adiamento ou não do ponto deveria ser votado aquando da apreciação do mesmo na ordem de trabalhos, ficando registado em ata, dado que estatutariamente o que está previsto antes do início da ordem do dia é a votação para a introdução de novos pontos.

1. Aprovação das atas n.º 9/2022 e n.º 10/2022, referentes às reuniões plenárias de 26 de outubro e 4 de novembro de 2022

Foram colocadas à votação as atas n.º 9/2022 e n.º 10/2022, referentes às reuniões plenárias de 26 de outubro e 4 de novembro de 2022, as quais foram aprovadas por unanimidade.

2. Proposta de Plano de Atividades e Orçamento da Universidade do Minho 2023

Foi conferida a palavra ao Reitor, que apresentou sucintamente a proposta do Plano de Atividades da UMinho para o ano de 2023, sinalizando os principais eixos da sua estruturação. Informou que o Plano de Atividades proposto se inscreve no desenvolvimento do Plano de Ação para o quadriénio 2021/2025 aprovado pelo Conselho, e tem como referência outros documentos fundamentais, como os Estatutos da UMinho e o trabalho desenvolvido durante o ano de 2022, que será depois objeto de apreciação particular pelo Conselho aquando da apresentação do Relatório de Atividades de 2022. Recordou que, de entre as orientações estratégicas que estão assumidas para o quadriénio 2021/2025, encontra-se a de procurar a criação de condições que garantam que a atividade da UMinho se traduzirá numa educação de natureza transformadora em diferentes modalidades, incluindo cursos conferentes e não conferentes de grau. Disse serem também orientações estratégicas a consolidação da investigação científica desenvolvida na UMinho em todas as áreas, assegurando a sua excelência e o seu impacto no desenvolvimento económico e social da região e do país; o aumento da intensidade e da qualidade da internacionalização da instituição; o melhoramento da qualidade institucional da Universidade, em particular a qualidade de vida das pessoas nos *campi*, assim como garantir a estabilidade e sustentabilidade financeiras da UMinho. Disse existir ainda uma outra orientação de natureza estratégica, que diz respeito à adoção pela Universidade de novas formas de organização e funcionamento, traduzidas no quadro da revisão estatutária em curso. Referiu que estas orientações estratégicas são materializadas em várias agendas, que se reportam à educação; à investigação e inovação; à cultura e desenvolvimento do território; à internacionalização; à qualidade institucional e simplificação administrativa; à estabilidade e autonomia financeira; à qualidade de vida, ao bem-estar e à reforma institucional, agendas essas que aparecem corporizadas no documento num elenco de objetivos programáticos de iniciativas, de indicadores de realização e de indicadores de progresso. Transmitiu que as iniciativas inscritas são de natureza distinta no que diz respeito à sua concretização temporal, dado que há iniciativas que têm uma concretização ao longo de todo o quadriénio e outras que se reportam a um ano específico ou com um horizonte de concretização plurianual. Ainda no âmbito da estrutura do documento, informou que a diversidade de iniciativas, reportadas às agendas e com diferentes horizontes temporais, se traduz em 124 iniciativas nele elencadas, com a explicitação de

indicadores de progresso, respondendo a uma questão várias vezes suscitada por membros do Conselho e que diz respeito à intenção de tornar mais claros os indicadores que permitem avaliar o grau de consecução das iniciativas previstas. Salientou o facto de os indicadores de progresso definidos serem os mesmos que se encontram fixados no Barómetro da UMinho, instrumento que está já em fase de testes e estará disponível em janeiro do próximo ano, permitindo uma avaliação pelos órgãos e pela Comunidade Académica do que está a ser feito e se a concretização se aproxima ou se distancia do plano de atividades que é submetido para apreciação.

No campo da educação, e na agenda da transformação da educação, salientou a aposta no desenvolvimento de um portfolio de cursos não conferentes de grau em todas as áreas de formação, em articulação direta com os empregadores, quer na sua conceção, bem como no seu desenvolvimento. Informou que esta iniciativa está enquadrada naquele que é um dos principais projetos nas áreas da educação da UMinho, a Aliança de Pós-Graduação, tendo sido estabelecido como meta para 2023 a concessão de 500 diplomas no quadro destes cursos. Ainda na área da educação, salientou um conjunto de iniciativas relacionadas com a atração, acompanhamento e integração dos estudantes em contextos de trabalho, criando condições para que os processos de transição da Universidade para o mercado de trabalho sejam mais adequados. Para efeitos de integração dos novos estudantes, deu conhecimento da realização regular de programas institucionais de acolhimento de novos estudantes, em articulação direta com as Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI) e com a Associação Académica da Universidade do Minho (AAUMinho), como por exemplo, o Programa de Embaixadores e o Programa Sou UMinho. No que respeita ao acompanhamento dos estudantes, salientou o Programa Tutorias por Pares e o desenvolvimento de iniciativas orientadas para a transição para os contextos de trabalho, referindo como um bom exemplo a iniciativa Startpoint, com génese na AAUMinho e à qual a Universidade se associou.

No eixo de missão de investigação, relevou a iniciativa referente à contratação de investigadores de carreira, através de planos articulados com as UOEI, com a meta de contratação de 5% de investigadores para o ano de 2023, com recurso a duas figuras – o aumento do contrato de posições atribuídas no quadro do estímulo ao emprego científico, e também por via de opções próprias da Universidade não diretamente decorrentes de programas governamentais. Referiu que um dos assuntos que tem sido recorrente nos debates do Conselho prende-se com a gestão de projetos de investigação, sobretudo projetos de grande dimensão, e informou que o próximo orçamento dará grandes passos no que respeita à consignação da receita captada pelos projetos apenas ao desenvolvimento dos mesmos, encontrando-se em preparação regras para 2023 que sejam facilitadoras da gestão de projetos de investigação e de inovação de grande dimensão, gestão particularmente crítica para os projetos enquadrados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

No âmbito da agenda para a qualidade da investigação e inovação, salientou a disponibilização de um instrumento de comunicação – o portal de investigação porta aberta – especificamente dedicado à geração e disponibilização de informação sobre a atividade de investigação da UMinho.

Na agenda para a promoção da cultura e do desenvolvimento do território, recordou que as Unidades Culturais da Universidade têm no seu objeto práticas de preservação e divulgação de património, e informou da intenção

de elaboração de um plano de ação integrado para o Museu Nogueira da Silva, a Casa Museu de Monção e a Galeria da Universidade, de modo a assegurar uma efetiva coordenação das suas atividades e procurar sinergias com equipamento de natureza semelhante existentes no sistemas cultural português, ao nível regional e nacional. Transmitiu que será retomada em 2023 a realização de debates sobre os desafios sociais atuais em associação com a atividade da UMinho Editora e fez referência à importância do reforço das relações da UMinho com algumas autarquias da região, tendente ao aprofundamento de projetos conjuntos, bem como ao estabelecimento de polos e desenvolvimentos de projetos da Universidade.

Na agenda para a internacionalização da UMinho, destacou o reforço da participação em associações internacionais de universidades, bem como em associações setoriais no âmbito do ensino superior e da ciência. Salientou, ainda, o desenvolvimento de parcerias bilaterais com universidades estrangeiras, que tem na Aliança ARQUS um contexto e realização muito relevantes, mas que se materializa também na celebração de protocolos com outras entidades que se pretende que venham a ser parceiras da UMinho. Ao nível dos estudantes, disse existir uma aposta no incremento de estadias de curta duração de estudantes de pós-graduação em centros de investigação estrangeiros.

Na agenda para a qualidade institucional e simplificação administrativa, fez referência à abertura de concursos de mobilidade intercategorias e intercarreiras, em resposta às necessidades da instituição e em relação aquilo que são as expectativas do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão (PTAG), que terá correspondência numa dotação orçamental que lhe será afeta. No que respeita às Unidades de Serviços, destacou a intenção de criar um portal único para todas as unidades, onde estas possam fornecer informação à Comunidade Académica no seu conjunto, e que permita a avaliação da atividade que as diferentes unidades vão desenvolvendo.

Sobre a agenda para a qualidade institucional e simplificação administrativa, relevou as medidas relacionadas com práticas de promoção de inclusão e da garantia da equidade interna à Universidade, em colaboração com diferentes parceiros, como a Associação de Psicologia e os estudantes. De modo a promover uma melhor qualidade de vida dentro da instituição, tendo em consideração as diferentes perceções sobre os problemas que afetam os seus membros, afirmou estar assumido o compromisso de realização de várias sessões regulares de auscultação dos diferentes corpos da Universidade permitindo perceber os problemas existentes. No caso particular dos estudantes, informou que o processo de construção das residências universitárias está a decorrer de forma acelerada, sendo que, em princípio, o lançamento do concurso para a construção da residência da Fábrica Confiança ocorrerá ainda em 2022, e o lançamento do concurso da residência no antigo edifício da Escola de Santa Luzia, em Guimarães, no início de 2023.

Quanto à agenda para a estabilidade e autonomia financeiras, começou por fazer referência aos desenvolvimentos subsequentes à primeira ação tida no Conselho relativamente às soluções a encontrar para o edificado da Universidade que não se encontra em utilização regular, e uma outra que diz respeito à sensibilização que se entende dever ser feita para um maior controlo de gastos gerais de funcionamento, os quais se têm vindo a traduzir em necessidades financeiras adicionais significativas nos últimos anos.

No que respeita à agenda para a reforma institucional, referiu a conclusão no ano de 2023 da revisão dos Estatutos da Universidade do Minho.

Transmitiu ao Conselho que a Equipa Reitoral e a Administração da Universidade estão conscientes de que o Plano de Atividades proposto é exigente, que requer compromisso e convergência dos órgãos, das unidades e dos vários corpos, mas que é exequível. Chamou a atenção para o facto de o mesmo vir a ser desenvolvido num plano de grande instabilidade, face ao impacto significativo na atividade daquilo que decorre do aumento dos bens e serviços e o desconhecimento do modo como o cenário de crise irá evoluir nos tempos mais próximos. Referiu, ainda, que se o Plano de Atividades for concretizado, ele contribuirá para o reforço da instituição e para a concretização do seu papel como agente de desenvolvimento, quer no plano individual como também no plano social e comunitário. Terminou a sua intervenção, informando que o Plano de Atividades agora em apreciação havia sido aprovado por uma larga maioria em sede do Senado Académico.

Abriu o debate o Conselheiro Nuno Cerca, agradecendo ao Reitor o facto de o Plano de Atividades apresentado ao Conselho conter indicadores de realização claros, tal como havia sido reclamado por vários membros do Conselho. Mostrou satisfação em verificar que está previsto para 2023 um aumento de duas posições dos investigadores de quadro, após auscultação das UOEI, embora considere que este número de vagas é reduzido. Disse preocupá-lo o facto de haver no Plano de Atividades apenas a menção a um aumento da massa salarial em recursos humanos, face aos concursos de promoção interna de docentes baseado no Decreto-Lei n.º 112/2021, dado que a informação que a Escola de Engenharia tem é de que iriam também abrir algumas vagas para investigadores, situação que está totalmente ausente no orçamento apresentado, questionando o Reitor se se trata de um lapso ou corresponde à verdade.

A Conselheira Cláudia Pascoal solicitou informação mais concreta no que há possibilidade do aumento de contratação de investigadores e renovação da equipa docente diz respeito, por considerar que no documento estão inscritas algumas metas que dependem mais do esforço individual do que do compromisso da Universidade. Questionou qual o compromisso por parte da Reitoria em aumentar o corpo docente, cada vez mais envelhecido, bem como os investigadores com contratos ao abrigo de normas transitórias, dado que no documento não estão previstas ações concretas para estas situações.

Ao conferir a palavra ao Reitor, a Presidente pediu para que na sua intervenção procurasse dar resposta a algumas das questões colocadas na missiva remetida ao Conselho pelo Grupo de Estudantes de Doutoramento do Centro de Investigação do Centro de Biologia Molecular e Ambiental, designadamente, as dificuldades em obterem em tempo útil reagentes, consumíveis e serviços necessários para a concretização dos projetos de investigação e teses de pós-graduação; a dificuldade na manutenção periódica e reparação dos equipamentos, essenciais para a realização dos trabalhos propostos nos projetos de investigação e teses; a deficiente climatização dos espaços laboratoriais, o que condiciona o bom funcionamento dos equipamentos e compromete a segurança individual dos estudantes e investigadores.

O Reitor começou por referir que a sua expectativa é vir a poder apresentar um Plano de Atividades em que a sua relação com as componentes do orçamento seja mais clara do que aquilo que é hoje, mas que esse exercício necessita da consolidação do novo modelo de conceção e execução do orçamento que vai ser ensaiado em 2023. Quanto à progressão de investigadores, recordou que o Decreto-Lei que veio permitir a realização de concursos de promoção limita essa progressão a docentes e investigadores que num determinado momento cumpram um conjunto de requisitos bem definidos. Relativamente à operacionalização das normas previstas nesse Decreto-Lei, informou que foi proposto ao Conselho de Presidente das Unidades Orgânicas uma estratégia a ser desenvolvida ao longo dos anos de 2022 e 2023, que visa atingir os valores de referência que estão previstos no ECDU e depois, por extensão, os valores que poderiam corresponder aos investigadores de carreira existentes na UMinho, estabelecendo como referencial atingir os 50% de docentes e 50% de investigadores nas posições de topo das respetivas carreiras. Deu conhecimento que o plano que foi desenhado para se concretizar em três momentos, respetivamente, ao primeiro semestre de 2022, ao segundo semestre de 2022 e ao primeiro semestre de 2023, dado que estes processos deverão estar lançados até junho de 2023. Salientou o facto de o plano acordado estar em franco desenvolvimento, sendo que na primeira fase foram a concurso 36 posições para Professor Associado, na segunda fase estão a concurso 29 posições, número que se repetirá nos concursos a abrir no primeiro semestre de 2023, permitindo atingir os 50% das duas posições de topo de carreira em cada uma das UOEI. Relativamente aos investigadores de carreira, disse que o princípio é o mesmo e está acordado que no primeiro semestre de 2023 serão abertos os concursos, concordando com o Conselheiro Nuno Cerca de que esta intenção não está adequadamente expressa no Plano de Atividades e Orçamento, mas garantindo que o compromisso foi já afirmado no quadro do Conselho de Presidentes das UOEI.

Quanto às questões colocadas pela Conselheira Cláudia Pascoal, informou que os concursos que estão a ser desenvolvidos, bem como as correspondentes metas, dizem respeito a Professores Associados, sendo que a figura de Professor Catedrático tem sido objeto de uma gestão mais casuística, em interação direta com as UOEI, e em função da verificação das necessidades que são muito variáveis. Quanto à questão da renovação do corpo docente, referiu que a mesma não tem sido realizada ao ritmo desejável por razões de natureza orçamental, muito embora ao longo de 2022 tenha sido aberto um número considerável de concursos para recrutamento de professores. Salientou o facto de este recrutamento dever ter em atenção as situações próprias de cada UOEI, referindo que o novo modelo de orçamento permitirá às UOEI uma clara assunção daquilo que é o seu projeto próprio, entre outras coisas, a renovação do corpo docente. Quanto aos investigadores ao abrigo da norma transitória, recordou que este problema não pode ser resolvido exclusivamente no plano institucional, dado que as IES não têm condições financeiras para, sem mais, acolherem estes investigadores. No seu entender, há duas ações que as instituições podem fazer – uma é tornarem-se agentes de pressão política para que haja alguma atenção adicional dos responsáveis políticos para esta situação, sendo que a Tutela está consciente das implicações da mesma para o sistema científico nacional e, ao nível interno, a criação da carreira de técnicos de gestão de ciência e tecnologia, possibilitando por esta via a possibilidade de acolhimento de alguns desses investigadores.

Relativamente às questões colocadas pelos investigadores do CBMA, remeteu para os princípios, pressupostos e orientações que estão expressos no orçamento, na procura de uma especialização do financiamento da investigação, para uso exclusivo em investigação, o que irá ajudar a resolver algumas das questões que são colocadas, complementada com uma maior agilização do procedimento associado à contratação. Sobre a climatização dos espaços, problema que afeta particularmente a Escola de Ciências e tem grandes implicações ao nível da realização de experiências, disse estar inscrito no orçamento pela primeira vez uma verba exclusiva para a renovação da infraestrutura física, o que permitirá dar resposta às situações mais prementes.

No âmbito da climatização, o Conselheiro Nuno Cerca disse ter lido com seriedade a missiva dos investigadores do CMBA e informou que esta situação também se coloca na Escola de Engenharia, designadamente no Centro de Investigação de Engenharia Biológica (CEB). Disse estar sensível às dificuldades financeiras da Universidade, mas chamou a atenção para o problema grave do edifício onde está situado o CEB, apelando à melhor atenção para a situação e que ela seja contemplada na verba agora disponível.

Foi conferida a palavra ao Conselheiro Tiago Miranda, que considerou importante que o Plano de Atividades tivesse sido acompanhado de um resumo daquilo que havia sido executado no ano anterior, com referência ao Plano de Ação do Quadriénio, na medida em que se percebe da leitura do Plano de Atividades para 2023 que há algumas medidas que caíram, há introdução de medidas novas, que carecem de uma explicação breve para a sua ocorrência. Deu como exemplo a medida referente à contração de um empréstimo, a qual não está inscrita no Plano de Atividades proposto para 2023, e que, por ser estruturante, deveria ser acompanhada de uma explicação. Mostrou satisfação com o facto de ter sido integrada uma ação relacionada com o plano de poupança energética, medida referida em sede do Conselho, e insatisfação por não ter sido inscrita uma medida relacionada com a existência de um plano de recuperação financeira, por considerar tratar-se de uma medida altamente consensualizada nos membros da CE-GAIAF, constituindo um instrumento que poderia mostrar caminhos a serem seguidos com vista a diminuir a despesa e aumentar receita. Considerou também importante que o Plano de Atividades fizesse referência ao início da elaboração do Plano Estratégico da Universidade, dado que outras universidades já o têm aprovado e em vigor. No seu entender, se o processo não for iniciado em 2023, só em 2025 este estará aprovado, o que corresponderia a quase um mandato inteiro do Reitor sem um Plano Estratégico, o que não lhe pareceu adequado. Fez referência ao facto de o Plano de Atividades apresentar como medida o desenvolvimento de novos polos da Universidade com foco na investigação, sendo o indicador de progresso a existência de um polo em Vila Nova de Famalicão, o qual já existe, pelo que questionou se se trata de um lapso. No âmbito da interação com outros municípios para o desenvolvimento de novos projetos, considerou que este tipo de ação deveria ser mais concretizado, designadamente, se se trata de novos projetos ou de novos polos sendo que, se for o último, trata-se de uma opção estratégica com a qual o Conselho poderá ou não concordar.

O Conselheiro Luís Santos considerou que, dado que o documento em apreciação foi distribuído previamente ao Conselho, o tempo concedido ao Reitor para a apresentação do mesmo havia sido excessivo, devendo existir

mais tempo para um debate entre os membros do Conselho e não apenas uma sessão de perguntas e respostas.

Interveio a Presidente, fazendo notar que no funcionamento do Conselho tem dado oportunidade a todos os membros de se pronunciarem livremente sobre as matérias em análise, estando ao dispor para ouvir sugestão de melhoria da condução das sessões plenárias. No caso concreto do documento em análise, entendeu que, dada a sua importância e a natureza estruturante para a Universidade, deveria ser dado a quem o apresenta o tempo tido por conveniente, promovendo de seguida um debate alargado. Sobre esta matéria, o Conselheiro Nuno Cerca disse concordar em que haja um limite de tempo de exposição de documentos que foram previamente facultados, assim como um limite de tempo de intervenção do(a)s Conselheiro(a)s.

Retomou a palavra o Conselheiro Luís Santos que, relativamente ao formato do documento, recordou que em documentos anteriores com a mesma forma tinham sido apresentadas algumas sugestões, as quais, no seu entender, não foram suficientemente incorporadas, designadamente, há uma replicação grande de medidas inscritas no Plano de Atividades de 2022, não havendo qualquer informação se as mesmas foram ou não concretizadas, acrescentando o facto de algumas das medidas replicadas terem como data de concretização o ano de 2024, pelo que, anualmente, lhe é difícil pronunciar-se sobre as mesmas. Elencou os portais cujo desenvolvimento está previsto no documento, alguns deles transitados de 2022, mostrando dúvidas que a criação de mais portais por si só, não havendo indicação da realização de uma avaliação dos que estão em vigor e extinção de alguns dos existentes, possa contribuir para a simplificação, desburocratização, e agilização da estrutura da Universidade. Ainda neste âmbito, fez referência à dificuldade de utilização do DocUM, e sugeriu que os grupos de desenvolvimento destes portais incluíssem noções de design de comunicação e de usabilidade, dado que parte dos problemas com as plataformas resultam do facto de elas não serem amigáveis no uso. Relativamente ao apoio à construção da sede da AAUMinho, entendeu ter havido um retrocesso significativo, dado que em 2022 tinha um objetivo programático cujo indicador de realização era ter a sede construída, e em 2023 o objetivo programático mantém-se, mas o indicador de realização é a celebração do contrato de cedência do terreno. Neste particular, concordou com a afirmação do Conselheiro Tiago Miranda no que respeita à existência de um documento com medidas planeadas para este ano em análise, precedidas de informação sobre o que é que em 2022 foi efetivamente realizado e em que condições, de modo a permitir ter algum termo de comparação, sem o qual é muito difícil cumprir a tarefa de aconselhar o Reitor e a sua equipa. Quanto ao bem-estar nos *campi*, considerou que os problemas não se resolverão com a realização de seminários, mas sim reduzindo a pressão sobre as pessoas, conferindo-lhes condições de trabalho mais serenas, mais previsíveis e com mais qualidade.

Seguiu-se a intervenção da Conselheira Ana Margarida Gonçalves, que parabenizou o facto de ter havido a preocupação de incluir no Plano de Atividades a referência ao período internacional dos estudantes, incluindo os do 3.º ciclo, e sugeriu a realização de um levantamento dos motivos que levam esses estudantes a não recorrerem a estes estágios, sendo a sua opinião de que não existe o sentimento de vantagem destes períodos

de internalização para efeitos de empregabilidade. Considerou que o facto de não existir apoio financeiro a estes estágios tornam difícil aos estudantes do 3.º ciclo a realização dos mesmos, face ao montante avultado de custos que lhe está associado. Relativamente à missiva enviada ao Conselho pela Escola de Medicina, disse concordar com o teor da mesma e, apesar das condições serem escassas e não permitirem a viabilidade dos projetos de doutoramento, perguntou se existe um compromisso por parte da equipa reitoral para que esses estudantes não sejam prejudicados pelos atrasos que não se ficam a dever à atuação dos próprios, designadamente, prorrogação do prazo de entrega das teses com isenção do pagamento de propinas.

O Conselheiro Tiago Silva dirigiu-se ao Conselho considerando que o Plano de Atividades em análise está alinhado com o Plano de Ação para o Quadriénio 2021/2025 e que nele estão inscritas várias ações interessantes para a Universidade. Reconheceu que a elaboração do Plano de Atividades é complexa, exigindo uma articulação a diferentes níveis com as diferentes UOEl, sentindo falta de mais medidas promotoras de congregação desse esforço, como a inscrita ao nível da investigação da intenção de dinamizar a assembleia dos centros de investigação da Universidade, que lhe pareceu importante para a definição estratégica da investigação na Universidade e a sua afirmação ao nível nacional e internacional. A questão da articulação entre a Reitoria e as UOEl pareceu-lhe particularmente relevante neste momento, na medida em que há uma alteração significativa na construção do orçamento e que, no seu entendimento, pressupõe uma alteração profunda no funcionamento da Universidade. Do ponto de vista financeiro, e face à dificuldade de articulação entre o Plano de Atividades e o Orçamento a que o Reitor aludiu, questionou quais serão os estímulos à captação de financiamento, por lhe parecer que nesta altura são particularmente relevantes para poder capacitar as UOEl de ferramentas para implementarem os seus próprios planos.

Foi dada a palavra à Conselheira Joana Arantes que disse partilhar da preocupação apresentada nas intervenções anteriores da necessidade de existir um compromisso mais explícito e mais concreto, relativamente à contratação de investigadores, que continua a ser um corpo com grande instabilidade contratual, bem como no que à renovação e progressão dos docentes diz respeito. Relativamente à medida 3 do plano de atividades, referente à promoção de uma Universidade para todos, concretizando estratégias de inclusão dos estudantes, a promoção do seu bem-estar e a monitorização, disse não estar aí inscrita nenhuma medida de inclusão dos estudantes com necessidades educativas especiais, considerando que este grupo de estudantes tem vindo a ser descurado. Neste âmbito, questionou o Reitor sobre as medidas que tenciona implementar para os estudantes com necessidades educativas especiais, como por exemplo, infraestruturas que permitam uma melhor mobilidade, salas de aulas preparadas para receber estes estudantes, colocação de corrimões nas escadas e sinalização com cores contrastantes para os estudantes com dificuldades visuais. Por último, fez referência à necessidade de colocação de mais iluminação nos *campi*, em particular a partir das 17h00, por questões de segurança dos estudantes e restantes membros da Comunidade Académica.

A Conselheira Patrícia Maciel disse concordar com um grande número de iniciativas inscritas no Plano de Atividades apresentado, muito embora considere que os indicadores de progresso sejam ainda muito vagos e

pouco quantificáveis em termos de avaliação real da sua implementação. Globalmente, disse sentir falta de um enquadramento daquilo que era o Plano de Quadriénio inicial e o que já foi implementado ou não, de modo a permitir avaliar se a concretização está a ser eficaz ou não. Considerou que o Plano de Atividades constitui uma lista de vontades, não sendo possível perceber quão concretizáveis elas são, e disse ter muita dificuldade em ligar este documento ao orçamento, na medida em que há dissociação muito grande entre aquilo que são os planos de ação e o orçamento disponível. Mostrou preocupação com o facto de oito das doze UOEI apresentarem um orçamento previsional negativo, entendendo que deverá ser dada uma atenção especial à recuperação financeira da Universidade, face à dissociação daquela que foi a realidade de 2022, e cujas cartas dirigidas ao Conselho refletem que os planos das UOEI não são passíveis de concretização face à não capacidade de execução do orçamento. Salientou o facto de o Plano de Atividade ser muito irrealista e desligado da realidade do dia a dia da Universidade, apresentando como exemplo o ponto 10 relacionado com a segurança e o bem-estar nos *campi*, onde se propõe a implementação de tecnologia para os tornar mais eficientes e mais seguros, e depois surgem questões básicas como as que foram referidas pela Conselheira Joana Arantes.

Decorrente da intervenção da Conselheira Ana Margarida Gonçalves, o Conselheiro Angel Carracedo disse estar solidário com a missiva remetida ao Conselho pelo Grupo de Estudantes de Doutoramento do Centro de Investigação do Centro de Biologia Molecular e Ambiental e salientou o facto de as instituições deverem ter uma atenção especial para a captação de talento, apelando a que algo fosse feito no sentido de colmatar as deficiências identificadas. Disse preocupá-lo também o sentimento de desvantagem e descrimação enunciado na carta proveniente da Escola de Medicina.

O Conselheiro Victor Soares disse estar de acordo com as intervenções prévias no que respeita ao Plano de Atividades, considerando que este documento não deve ser dissociado do orçamento, dado que será ele a condicionar de modo determinante aquilo que em sede de Plano de Atividades poderá ou não ser efetivamente concretizado, considerando que este o documento em análise constitui mais uma declaração de intenções do que propriamente medidas concretizáveis. Fez uma referência particular à questão da creche, recordando que há já vários anos tem vindo a sugerir a realização de um estudo sobre a viabilidade de construção de uma na Universidade. Em função de notícias veiculadas em órgãos de comunicação social, segundo as quais o Reitor terá dado um parecer favorável à implementação e construção de uma creche no âmbito de uma parceria entre o Hospital de Braga, a Junta de Freguesia de Gualtar e a Universidade, e tendo em conta que esse projeto é de iniciativa privada, solicitou ao Reitor esclarecimentos sobre o modo como a Universidade se comprometeu com esse projeto, quer no que respeita à assunção de responsabilidades e encargos, quer no que respeita ao que daí pode resultar em termos de benefícios para aqueles que estudam e trabalham na Universidade.

O Conselheiro António Rodrigues considerou essencial a existência de uma ligação do Plano de Atividades ao Orçamento, o qual lhe pareceu estar apresentado numa base mais analítica e num caminho cada vez mais tangível. No seu entender, o Plano de Atividades está bem estruturado e cria as bases para tornar mais tangível

a sua ligação ao orçamento, cuja estrutura deverá permitir uma maior profundidade analítica quer na componente dos projetos, bem como nas atividades a desenvolver.

O Conselheiro Tiago Silva referiu que, mais do que analisar os indicadores de realização, é fundamental a definição dos indicadores de resultado, de modo a identificar se efetivamente as medidas propostas permitem atingir os fins a que se propõem e, em última análise, se cumprem a missão da Universidade. Reforçou a preocupação manifestada pelos estudantes de doutoramento do CBMA, que vem em linha do que já foi anteriormente expresso na Escola de Medicina, e que é conhecido transversalmente na Universidade. Tendo conhecimento de testemunhos de trabalhadores de outras universidades, bem como de fornecedores dessas instituições, as quais estão sujeitas ao mesmo enquadramento legal da UMinho, e que parecem apresentar uma maior eficácia nos processos de aquisição de bens e serviços, questionou se não seria possível desenvolver algumas ações de benchmarking para se atingir na UMinho o mesmo nível de eficácia nos processos.

O Conselheiro Duarte Lopes sugeriu que no futuro fossem apresentados os dois documentos – Plano de Atividades e Orçamento – previamente ao debate, por entender que isso dará mais liberdade de intervenção. Como nota prévia à apresentação de um conjunto de questões, solicitou a correção da referência à Associação Académica para AAUMinho. No que respeita aos custos energéticos a que faz referência a carta endereçada pelos investigadores da Escola de Ciências, informou que a Tutela havia anunciado que iria proceder à transferência destas verbas, verbas essas que serão acima do custo de incremento que a grande parte das instituições teve, apelando à resolução desta situação, na medida em que há financiamento para este fim. Disse ficar sempre com algumas reservas em relação aos planos de atividade, dado que eles apresentam medidas que agradam, mas que nem sempre se concretizam, apresentando como exemplo a persistência dos problemas do Campus de Couros desde 2019, apesar do Plano de Atividades de 2020 conter medidas para os resolver, como por exemplo a rede de transporte para o referido Campus que tem vindo a ser assegurado pela AAUMinho com custos elevados e sem compensação por parte da Universidade. Para além do transporte, transmitiu que as salas de aula nesse Campus não são adequadas e que persiste a não resolução da questão da alimentação, questionando que soluções estão previstas para fazer face a este problema. No que respeita ao Fundo de Apoio Social, considerou que deverá ser efetuada uma revisão do Regulamento do mesmo, ponderando o tipo de apoio que pode ser dado através deste fundo aos estudantes de mestrado e fazendo o ajuste do valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS). Chamou a atenção para a urgência da questão da segurança cibernética e questionou quais os desenvolvimentos em termos de integração de sistemas, por se tratar de um plano central daquilo que foi apresentado no Plano de Ação para o Quadriénio, designadamente, se já houve mapeamento dos diversos sistemas existentes, apresentando como exemplo a transferências de dados da Unidade de Serviços de Gestão Académica (USGA) para os SASUM para efeitos de pagamento de bolsas.

Quanto às iniciativas orientadas para a promoção da participação dos estudantes na gestão dos cursos, valorizando o papel das comissões de curso, disse ficar contente por ver esta inscrição, dado que a AAUMinho

tem vindo a chamar a atenção para esta matéria desde 2018. Considerou importante que AAUMinho seja envolvida neste objetivo, deixando a nota de que o representante da AAUMinho no grupo de trabalho para a revisão estatutária deixou claro que os estudantes desta comissão, assim como de outros órgãos das Escolas/Institutos deveriam ser eleitos diretamente e não por inerência de cargos. Sobre a requalificação do edificado, considerou que a verba a ela destinada na ordem de 600.000 € não é suficiente, questionando como serão definidas as prioridades. Sobre o bem-estar nos *campi*, relevou a intervenção da Conselheira Patrícia Maciel no que à iluminação diz respeito, referindo também a criação da estratégia para o combate ao assédio e segurança no campus, questionando a existência de verba para a implementação desta estratégia, designadamente, mais segurança e recursos humanos para o apoio à vítima. Informou da existência de uma linha de financiamento anunciada pela Tutela para 2023, em parceria com o Ministério da Saúde, para a contratualização de recursos humanos para efeitos de promoção da saúde mental, solicitando esclarecimentos sobre os planos previstos por parte da Universidade sobre esta matéria. Considerou que a Universidade deveria refletir sobre a adoção da semana de quatro dias de trabalho e, quanto ao apoio à sede da AAUMinho, entendeu que a cedência do terreno é uma medida pouco ambiciosa, na medida em que o projeto, sob ponto de vista de arquitetura e engenharia aproxima-se do final, com expectativa de lançamento de concurso no próximo ano. No que diz respeito à gestão do parque imobiliário da Universidade, entendeu que o objetivo apresentado no Plano de Atividades foi já cumprido há algumas semanas, dado que a lista dos edifícios a necessitarem de recuperação foi já efetuada, e considerou urgente uma solução para o edifício da Rua D. Pedro V, sugerindo a alienação do mesmo para financiamento do projeto da sede da AAUMinho, sendo que a mesma comprometeu cerca de 2M€ de receitas próprias para o mesmo.

Foi conferida a palavra ao Reitor que, sobre o formato das suas apresentações ao Conselho, considerou que o facto de a sessão plenária ser pública requer algum detalhe na apresentação que é feita, ainda que de forma ilustrativa para cada uma das agendas. Disse estar disponível para encontrar outros formatos para as suas intervenções, sendo a sua única preocupação a criação de condições de compreensão dos documentos apresentados. Informou que os critérios a que obedece a elaboração do Plano de Atividades, designadamente naquilo que são medidas com um horizonte de concretização plurianual, estas estão materializados no documento, salientando o facto de existirem medidas que, pela sua própria natureza, são recorrentes ao longo do período do seu mandato, devendo a sua diferenciação ser encontrada ao nível dos indicadores de realização e de progresso. Sobre a articulação entre o Plano de Atividades e o Orçamento, salientou a evolução na forma de relação entre os dois documentos, importando perceber se os formatos atuais para os mesmos proporcionam ou não uma aproximação maior a esse horizonte de conjugação efetiva entre si. Quanto à questão energética, esclareceu que a resposta que será dada decorre do diagnóstico realizado, no qual foram identificadas as situações e as possíveis soluções, estando já abertos concursos para fazer face a algumas das situações mais difíceis e prevista a abertura de outros no início de 2023. Salientou o facto de, para além da verba já alocada para a intervenção no edificado, há ainda disponível um financiamento proveniente do PRR e foi feita uma candidatura ao Fundo Ambiental para intervenções deste tipo, não sendo ainda conhecidos os

resultados, considerando, no entanto, que o valor é claramente insuficiente para o número de edifícios a necessitarem de intervenções, mas que há condições para melhorar as circunstâncias de trabalho dos estudantes, docentes e PTAG. Em resposta às questões suscitadas pelo Conselheiro Tiago Miranda, disse concordar com o facto de a existência de informação adicional sobre aquilo que foi realizado no corrente ano pudesse permitir perceber melhor o proposto para 2023, transmitindo que aquando da entrada em funcionamento do Barómetro UMinho essa informação estará disponível para consulta. No que respeita à existência de um plano de recuperação financeira, considerou que há questões preliminares que devem ser esclarecidas, sendo que uma delas é a dos orçamentos por unidade orgânica, cujo trabalho de preparação permite hoje olhar com um maior rigor para aquilo que são as circunstâncias da própria Universidade e de cada uma das suas UOEI. Concordou com a necessidade de existir uma menção no Plano de Atividades ao Plano Estratégico da Universidade, assumindo que isso será incorporado no documento e, relativamente à referência a novos polos, recordou que o Plano de Ação para o Quadriénio os prevê, e eles estão de facto em níveis de desenvolvimento diferenciados e correspondem a projetos diversos que mobilizam o envolvimento de recursos da Unidades e Subunidades da Universidade, sempre em interação com as autarquias e entidades financiadoras, como é o caso da CCDR-N. No âmbito da elaboração do Plano Estratégico, mencionou que ela carecerá como fonte de informação fundamental o conhecimento de qual vai ser o Plano de Recuperação do Norte, cujos documentos atualmente conhecidos apontam no sentido da construção de um sistema de inovação regional, abrindo também linhas de financiamento para esse efeito.

Quanto à intervenção do Conselheiro Luís Santos, e no que respeita à questão dos portais e ferramentas informáticas, bem como à burocratização da Universidade, salientou o facto de não ser possível proceder a uma simplificação e agilização administrativa dos procedimentos internos sem uma redefinição das ferramentas informáticas e sistemas de informação existentes, pelo que serão abertos concursos visando a melhoria destas ferramentas. Realçou o facto de a modernização administrativa ser indissociável da modernização tecnológica, sendo que a Universidade está a alocar verbas do PRR que permitem dar o salto qualitativo pretendido. No caso concreto dos portais, considerou tratar-se de um problema de comunicação, e todos aqueles que são enunciados no plano de ação são ferramentas que se pretendem que sejam úteis para a Universidade e para a Comunidade Académica, sendo exetável que as empresas que operam nessa área tenham a preocupação de que as aplicações sejam amigáveis para o utilizador. Sobre a sede da AAUMinho, referiu tratar-se de um processo muito dinâmico e que, desde o momento da decisão, à obtenção dos recursos financeiros, passando pela resolução de problemas legais ocorridos, há desvios naturais aos prazos estabelecidos.

Sobre as questões colocadas pela Conselheira Ana Margarida Gonçalves, relativas aos períodos de estágio fora do país de estudantes do 3.º ciclo, informou que esse processo foi já iniciado no presente ano e que está previsto usar as possibilidades que são abertas pelo Erasmus para promover períodos de formação de doutorandos e de mestrands em instituições estrangeiras. Informou que sempre que há atrasos na entrega das teses por parte dos estudantes de doutoramento, imputáveis às alterações das suas condições de trabalho

e com efeitos prejudiciais no desenvolvimento dos projetos, é prorrogado o tempo para a execução do projeto e os estudantes ficam dispensados do pagamento de propinas.

Em relação à intervenção do Conselheiro Tiago Silva, informou da existência de medidas de estímulo à captação de financiamento, previstas em deliberação do Conselho de Gestão, cuja concretização está ainda atrasada, considerando que esta é uma medida importante para promover o aumento da arrecadação de receita. Quanto à sugestão dada para as questões da eficiência, concretamente à realização de benchmarking, disse que ela é feita, procurando aprender com as instituições com melhor desempenho. Relativamente à articulação da Reitoria com as UOEI, disse tratar-se de um processo no qual foram já dados passos significativos, sendo a sua expectativa de que no próximo ano o Plano de Atividades possa beneficiar de uma maior incorporação daquilo que são os planos das próprias UOEI.

Relativamente à intervenção da Conselheira Joana Arantes, afirmou que, no que aos investigadores diz respeito, o compromisso está expresso, podendo não estar em toda a dimensão que os investigadores desejariam, clarificando as condições existentes e as respostas institucionais que têm vindo a ser dadas, designadamente, a candidatura para contratação de doutorados para apoio laboratorial. Quanto à questão da inclusão dos estudantes com necessidades especiais, disse tomar boa nota dos problemas com que a comunidade destes estudantes se confronta. Afirmou que a sua avaliação desta área de atuação da Universidade traduz-se num sentimento de insatisfação, dado que estão identificados os aspetos em que é necessário melhorar, mas nem sempre é possível concretizá-los.

Discordou da afirmação da Conselheira Patrícia Maciel de que o Plano de Atividades é irrealista, sendo a sua convicção de que se trata de um plano exigente, apesar de tudo exequível, reconhecendo que as circunstâncias em que a Universidade está a operar são de grande imprevisibilidade. Discordou, também, da opinião de que os indicadores de progresso são vagos, entendendo que os mesmos são de natureza distinta ao longo do documento, e considerando que eles poderão ser melhorados no âmbito do desenvolvimento do Barómetro, permitindo uma maior aproximação a um modelo de monitorização mais adequada.

Em relação à intervenção do Professor Ángel Carracedo, referiu que não há discriminação da Escola de Medicina, como não há de outra qualquer UOEI, e que tem consciência da importância do projeto da Escola de Medicina, bem como das dificuldades sentidas pela Escola ao operar em condições distintas dos anos anteriores. Sobre a comunicação do Conselho da Escola de Medicina, afirmou não se tratar de um incumprimento do Contrato-Programa, mas sim de suspensão do mesmo, na medida em que ele prevê no seu articulado que em circunstâncias inesperadas supervenientes, e que possam colocar em causa a própria coesão da Universidade, o teor do acordo pode revisto ou suspenso, que foi o que aconteceu. Quanto à preocupação manifestada com a situação dos estudantes de doutoramento, referiu que o trabalho desenvolvido no projeto do Colégio Doutoral é um bom exemplo do cuidado que está a ser dado aos estudantes de doutoramento da Universidade, o qual tem sido reconhecido pela participação significativas destes estudantes nas atividades do mesmo.

Sobre a intervenção do Conselheiro Victor Soares, discordou da menção de que os planos de atividades constituem um conjunto de promessas não cumpridas, na medida em que o confronto entre planos e os

relatórios de atividades, que depois são apreciados favoravelmente nos órgãos, não refletem essa realidade. Quanto ao projeto da creche, disse desconhecer em absoluto o assunto, informando que são feitos regularmente à Universidade pedidos de apoio de reconhecimento da relevância de vários projetos, não sendo este o caso.

Na sequência da intervenção do Conselheiro Duarte Lopes, referiu que os custos energéticos dizem respeito a eletricidade e a gás, cujos valores aumentaram de forma significativa, e que o Governo se comprometeu com disponibilização de uma verba para as IES de 25M€, tendo já sido transferido para a Universidade o montante que lhe era devido. Quanto à situação do Campus de Couros, informou que a Universidade tem colaborado nos custos com o transporte, estando disponível para o continuar a fazer, dentro das suas limitações financeiras. Quanto à questão da alimentação, disse tratar-se de uma situação que o deixa profundamente insatisfeito, informando que havia já sinalizado à nova Administradora dos Serviços de Ação Social o caráter prioritário do assunto, prevendo-se que no início do próximo ano, aquando do regresso dos estudantes à atividade, a situação tenha desenvolvimentos. Relativamente ao Fundo de Apoio Social, informou que a Universidade continuará a contribuir para este fundo, o qual está constituído para atender a situações de emergência e críticas que envolvam os estudantes e que se possam traduzir em riscos de abandono. Quanto à cibersegurança e às bases de dados, disse serem conhecidas situações muito críticas que têm sido experienciadas por algumas instituições universitárias, requerendo um investimento na contratação de pessoas e ferramentas necessárias à prevenção. Sobre o envolvimento dos estudantes na gestão dos cursos, recordou que vem sendo prática da Universidade envolver os estudantes num conjunto vasto de iniciativas tendentes à melhoria da qualidade dos projetos de ensino, prática essa que deverá ser continuada. No que respeita à saúde mental, assumiu que irá ser introduzido um elemento novo no Plano de Atividades sobre esta matéria, com a inscrição de um conjunto de iniciativas com vista à promoção da saúde mental. Fez referência à sugestão expressa pelo movimento associativo da adoção da semana de trabalho de quatro dias, entendendo que deverão ser discutidas as formas da sua concretização nos cursos do 1.º ciclo. Quanto ao edificado, esclareceu que apenas foi inscrito um conjunto de elementos de sensibilização do Conselho sobre a situação do edificado que não está em utilização, equacionando algumas soluções que deverão ser traduzidas em ações concretas que necessitarão do envolvimento e do apoio do Conselho.

Pedi a palavra o Conselheiro Victor Soares para informou que sobre a matéria da creche tem vindo a ser abordado por vários colegas, que também leram o artigo da Agência Lusa, transcrito pelo Observador em 24 de agosto de 2022, procedendo à leitura de algumas passagens do mesmo. Face à informação transmitida pelo Reitor da não existência de qualquer parceria, considerou poder haver um aproveitamento abusivo do nome da Universidade num projeto cujos contornos são desconhecidos. Apelou a que sejam retomados os estudos sérios realizados no passado, tendo em vista avaliar a viabilidade ou não da sua implementação, de modo a tornar a Universidade mais inclusiva, mais internacional e com maior capacidade para atrair novos públicos.

Os trabalhos foram interrompidos para o intervalo de almoço às 13h38, tendo sido retomados às 14h45, verificando-se a ausência dos Conselheiros António Rodrigues e Paulo Sampaio e a participação por videoconferência da Conselheira Marta Mestre.

A Presidente começou a sessão conferindo a palavra ao Reitor para a contextualização da proposta de do Orçamento da Universidade para o ano de 2023.

O Reitor recordou que, para além da proposta de Orçamento 2023, havia sido distribuído ao Conselho um documento intitulado Execução do Orçamento 2023 – orientações gerais, no qual são apresentados os fundamentos e as razões que levaram à reorientação do modelo orçamental, bem como alguns aspetos relacionados com a operacionalização do orçamento, recordando que esta opção se inscreve num objetivo mais alargado que está expresso no Plano de Ação para o Quadriénio, e que se prende com o reforço da autonomia das UOEI. Referiu que uma das motivações principais para esta alteração decorreu do facto de a Universidade ter aumentado a sua complexidade, bem o número significativo de projetos em desenvolvimento, conduzindo a uma inadequação do modelo de gestão centralizado que atualmente caracteriza a Universidade. Salientou o facto de este novo modelo permitir aumentar a arrecadação de receita, diversificando fontes de financiamento, e assegurar uma execução orçamental mais rigorosa, face a uma maior aproximação entre quem gera a receita e a executa. Informou que a elaboração do orçamento por UOEI se tratou de um processo longo, sempre orientado por um princípio essencial de assegurar maior transparência, na medida em que todos os dados que suportam os cálculos que estão na base do orçamento são passíveis de escrutínio. Fez ainda referência ao princípio estatutário expresso no artigo 82.º dos Estatutos da Universidade do Minho, no qual é estabelecida a obrigatoriedade de as UOEI assegurarem tanto o equilíbrio financeiro vertical e horizontal, de modo a corrigir desigualdades existentes entre as UOEI e garantir o princípio de coesão. Disse ter sido procurado por esta via assegurar o envolvimento mais efetivo das UOEI e das suas estruturas em processos decisivos para a Universidade, e que a metodologia que tem vinda a ser rigorosamente seguida, envolvendo interações com as UOEI através de reuniões individuais, onde estes pressupostos e objetivos foram analisados. No seu entender, este modelo permitirá que a Universidade se posicione melhor perante um cenário que tem sido adverso, na expectativa de que um novo modelo de financiamento das IES venha corrigir a situação iníqua a que a Universidade tem vindo a ser sujeita. Considerou que o modelo poderá carecer de melhoramentos ao longo da sua operacionalização, mas pareceu-lhe ser aquele que responde a objetivos que são centrais para a Administração da Universidade.

Usou da palavra o Administrador da Universidade do Minho (Administrador), Dr. Eduardo Ferreira, que começou por informar que o orçamento para o ano de 2023 ascende a 184,9M€, representando um aumento de 13,4% face ao ano de 2022, em cerca de mais 22M€. Chamou a atenção para o facto de, apesar do montante do valor atribuído pelo OE ser superior, o peso total do mesmo nas receitas da Universidade ter sofrido uma redução de 42,3% em 2022 para 39,4% em 2023. No que respeita ao valor das propinas,

mencionou que, apesar de ele ter subido em valor absoluto, em termos percentuais sofreu uma redução, e que ao nível dos projetos de investigação há um aumento de significativo de 42,19% para 45,63%. Em termos de despesas, salientou o facto de, apesar das despesas com pessoal terem subido em 4,5M€, em termos de peso nas despesas ele é reduzido de 74,97% para 67,03%. Ao nível do OE, referiu que a dotação foi de 72.838.841M€, assistindo-se a um aumento de 2.586,481€, relativo ao reforço pela correção do financiamento que deveria ser disponibilizado pela aplicação da Portaria n.º 231/2006, de 18 de janeiro. Informou, ainda, que será transferido para a Universidade o montante de 229.000€ para fazer face às despesas com as valorizações remuneratórias e um reforço de 1.429,000€ para cobrir parte dos custos relacionados com o aumento da energia. Fez referência à receita prevista na rubrica de propinas e às transferências oriundas da atividade de investigação, informando ter sido necessário realizar um ajustamento ao montante inicialmente previsto por via de, aquando da submissão do orçamento à Direção Geral do Orçamento (DGO), no equilíbrio que a DGO faz entre instituições doadoras e instituições beneficiárias, foi solicitado um ajuste no montante a receber da FCT em menos 10M€, o que conduziu a uma redução do valor previsto a receber dos projetos da Universidade.

Na estrutura da despesa, salientou o facto de os gastos em recursos humanos ascender a 125M€, calculados de acordo com o parecer emitido pela DGO, obrigando a Universidade a cabimentar 14 meses do vencimento de cada trabalhador, independentemente do momento do ano em que acontece a contratação, havendo assim a possibilidade de se libertar recursos humanos ao longo do ano. Deu de seguida a conhecer a forma de imputação dos gastos gerais, os valores previstos para as empreitadas e para a outras aquisições de bens e serviços.

Relativamente ao processo de elaboração do orçamento por UOEI, deu a conhecer a calendarização do mesmo e apresentou como pressupostos gerais a imputação direta às UOEI de todos os recebimentos e pagamentos por elas gerados; disse ter sido criada uma 13.º Unidade Orçamental – Unidade de Governo e Administração (UGA) – na qual foram reconhecidos todos os recebimentos e pagamentos afetos aos serviços centrais ou que não puderem ser imputados às UOEI – gastos transversais. Realçou o fim dos overheads institucionais de toda a receita arrecadada por parte das UOEI, pelo que este montante será reconhecido nas dimensões destas aquando da execução do orçamento em 2023. Transmitiu que a dotação do OE, após a retenção dos montantes necessário para suprir as necessidades da UGA, foi imputada a cada UOEI tendo em consideração a fórmula prevista na Portaria n.º 231/2006, de 18 de janeiro, com alguns ajustamentos, e que a receita oriunda das propinas tinha sido imputada diretamente a cada UOEI, tendo em consideração os respetivos cursos. Transmitiu que as transferências recebidas no âmbito da atividade de investigação foram imputadas a cada UOEI, tendo em consideração os projetos que lhes estão associados e, no que respeita ao montante relativo às vendas e às prestações de serviços e outras transferências, foi reconhecido diretamente em cada UOEI, de acordo com o montante previsto pelas mesmas. Ao nível dos recursos humanos, informou que estes foram imputados tendo em consideração os encargos previsíveis de cada trabalhador; que os bolsiros de investigação foram imputados tendo em consideração os encargos previsíveis aos mesmos e que os bolsiros Erasmus foram reconhecidos na UGA, não apresentando assim qualquer encargo adicional para as UOEI, visto

que se prevê arrecadar receita para a totalidade dos pagamentos no âmbito destes projetos. Referiu que as transferências para parceiros foram imputadas a cada UOEI tendo em consideração os projetos associados às mesmas, contudo, têm um efeito nulo no orçamento de cada Unidade, visto que se prevê arrecadar receita para fazer face aos pagamentos a efetuar, e que as transferências para outras entidades foram reconhecidas diretamente em cada UOEI, de acordo com o montante por estas previsto. No que respeita às empreitadas, afirmou que estas foram apenas reconhecidas na UGA, e que o montante referente a outras aquisições de bens e serviços a serem suportadas por OE e receitas próprias, teve em consideração a capacidade de arrecadação receita própria de cada Unidade, limitada às necessidades de despesa por estas identificadas. No âmbito das outras aquisições de bens e serviços a serem suportadas por I&D, informou que foi tido em consideração a capacidade de arrecadação de receitas oriundas de I&D, subtraídas de recursos humanos e bolsheiros relacionados com o I&D, limitado às necessidades de despesa identificadas por cada Unidade.

Deu a conhecer os orçamentos definidos para cada uma das UOEI, informando que, apesar de existirem UOEI deficitárias, o objetivo primordial da Administração da Universidade é o de que todas as elas possam executar os seus projetos. No que respeita ao quadro do pessoal proposto, referiu que poderá vir a ser necessário realizar uma alteração ao mesmo, tendo em atenção as necessidades que não foram identificadas a tempo nas UOEI e centralmente. Fez referência ao facto de o parecer do Fiscal Único, chamar a atenção para o facto de o Orçamento ser exigente e ser necessário um grande rigor na sua execução.

Em termos de execução do orçamento, chamou a atenção para o facto de a execução de despesa estar limitada à arrecadação de receita por cada UOEI; de haver limitações a observar no recrutamento de trabalhadores nas instituições de ensino superior, designadamente, que o aumento da massa salarial não pode ser superior a 5% no seu global, mas não pode ultrapassar os 3% sem autorização ministerial e que toda a despesa migrada de 2022 para 2023 continuará a consumir orçamento no ano seguinte, podendo as UOEI solicitar ao Conselho de Gestão um orçamento adicional ao que lhes foi inicialmente atribuído. No que respeita à atribuição de orçamento aos projetos, referiu que ela será realizada trimestralmente e que serão revogados os despachos existentes relativos aos overheads institucionais.

No que respeita aos projetos financiados, informou que o adiantamento recebido no âmbito dos projetos que as UOEI executam será disponibilizado às mesmas; que continuará a ser disponibilizado o orçamento em tranches de 40%, 30%, 20% e 10% por trimestre ao longo do ano, tendo em consideração o número de anos de execução do projeto. Chamou a atenção para o facto de, na globalidade da Unidade, só continuar a ser atribuído orçamento se a execução da receita de I&D atingir os 25% por trimestre - 50% ao fim do 2.º trimestre e 75% ao fim do 3º trimestre. No caso de não ser atingida a execução acumulada por trimestre, o orçamento a atribuir à Unidade será reduzido proporcionalmente à receita não executada, sendo validada no final do mês de outubro a arrecadação de 87,5% da receita, pelo que, caso não se verifique esta condição, no mês seguinte, a despesa de I&D será bloqueada, não permitindo o agravamento da situação financeira da UMinho e garantir o cumprimento no final do ano dos fundos disponíveis. Informou que, no que diz respeito à execução de outros projetos, se aplicam os mesmos critérios dos projetos de I&D.

Transmitiu que a dotação do OE será reconhecida mensalmente numa dimensão da Presidência de cada UOEI, de acordo com as percentagens definidas na elaboração do Orçamento para 2023; que os overheads institucionais relativos a propinas reverterão para as UOEI responsáveis pelos cursos, tendo sido criadas três dimensões associadas à Presidência de cada UOEI para o reconhecimento da receita das propinas dos três ciclos de estudos e que os restantes overheads institucionais, relativos a prestações de serviço e projetos financiados, também reverterão para as UOEI, tendo sido criada para o efeito uma dimensão na Presidência de cada Unidade Orgânica.

Sobre a imputação dos gastos gerais, referiu que foram criadas dimensões na Presidência das UOEI para cada um dos componentes e que a USFP efetuará mensalmente (até dia 15 do mês seguinte) débitos diretos, de acordo com a percentagem de imputação definida no orçamento, tendo em consideração o montante pago em cada dimensão central, devendo as UOEI regularizar o saldo desta dimensão até ao final de cada mês. No caso dos recursos humanos, informou da criação de dimensões na Presidência de cada UOEI que as deverá dotar do valor necessário ao pagamento dos vencimentos do valor até ao dia 15 mês corrente. Após o processamento de vencimentos, caso tenha existido necessidade de cobertura de saldo por parte da dimensão central, a Unidade deverá proceder à regularização do adiantamento até ao final do mês. No que ao serviço docente diz respeito, informou que, muito embora em termos orçamentais este ponto já se encontre acautelado, as UOEI deverão proceder à transferência de saldo entre dimensões para que possam ser ressarcidas dos montantes pagos aos docentes pelas horas de lecionação noutras Unidades. Referiu, ainda, que este cálculo ficará a cargo de cada UOEI e deverá ser efetuado mensalmente, para que esta receita seja tida em consideração na atribuição trimestral de orçamento por via do OE e receitas próprias.

O debate teve início com a intervenção da Conselheira Isabel Soares que disse sentir sinais positivos e de esperança da leitura realizada dos documentos apresentados, bem como das intervenções do Reitor e do Administrador, por entender que neles se desenha um caminho de continuidade e coerência, muito embora o considere pouco sintonizado com a experiência vivida no quotidiano. No que respeita ao orçamento, disse ter entendido que haverá um novo modelo de financiamento das IES que poderá não resolver o problema da Universidade, mas que ajudará a melhorá-lo. Sobre o novo modelo de atribuição do orçamento às UOEI, considerou que o mesmo confere de facto mais autonomia e capacidade de gestão a cada UOEI, mas manifestou preocupação com a possibilidade de o mesmo afetar o sentido de coesão entre as UOEI que é fundamental que continue a existir, entendendo que a Reitoria deveria transmitir uma mensagem de confiança sobre a concretização do Plano de Atividades proposto, designadamente, que neste momento há condições para que o próximo ano seja melhor.

O Conselheiro Nuno Cerca mostrou agrado com a notícia de que passarão a existir mais duas novas posições de investigador, e, face à referência pela Administrador de que poderá haver uma alteração no quadro do pessoal, solicitou informação sobre até quando é possível fazer essa alteração de modo a que se possam abrir novos contratos. No âmbito da execução orçamental de projetos de I&D, pediu esclarecimentos sobre como foi obtida a percentagem de 87,5% para validação no mês de outubro da despesa reembolsada.

A Conselheira Ana Margarida Gonçalves disse partilhar da opinião da Conselheira Isabel Soares, mas mostrou preocupação com algumas situações expressas na missiva entregue pelo Conselho de Escola de Medicina, na qual é referido que não foi atribuído saldo em 2022 à Escola para as dimensões de verbas próprias e de outros projetos, incluindo aqui as propinas do 3.º ciclo. Disse ter efetuado um levantamento que demonstra a grave responsabilidade pessoal e financeira alocada aos próprios estudantes, seja relativamente às despesas de material, seja ao pagamento da publicação de artigos, muitas vezes exigida em alguns cursos da Universidade, bem como a deslocação e estadia no âmbito de trabalho de campo, a participação em eventos e conferências, que são pagas pelos próprios, dado que a resposta ao pedido de financiamento não é dada em tempo útil. Chamou a atenção para o valor elevado exigido para a entrega das teses, sem uma justificação válida, e pediu esclarecimentos sobre o fim que é dado ao remanescente das propinas da FCT, dado que esta paga todos os anos 2750€ por cada estudante bolseiro, e há doutoramentos em que o valor das propinas é mais baixo. Por último, mostrou preocupação com as situações referidas pela Conselheira Joana Arantes relativamente aos estudantes de mobilidade reduzida, sugerindo que houvesse a preocupação de fazer ajuste de salas para o próximo semestre, a criação de espaços para amamentação, e que o orçamento incluísse estes direitos básicos dos estudantes.

A Conselheira Ana João Rodrigues considerou que o documento referente ao orçamento deveria ter sido acompanhado dos números e dos dados que estiveram na base da sua elaboração, dado que os mesmos são públicos. Considerou positivo na proposta de orçamento a consignação das verbas de I&D às UOEI, caminhando assim no sentido da autonomia das UOEI, e permitindo uma maior agilização dos projetos de I&D. No seu entendimento, este modelo apenas irá resultar para as UOEI com resultado positivo, dado que, no caso dos projetos que são pagos por reembolso, questionando como é que uma UOEI que já está deficitária irá ter verbas para adiantar a estes projetos. Referiu que existem quatro UOEI com saldo positivo, uma delas amplamente positivo e oito UOEI com resultado negativo, com base em fórmulas de cálculo que são um pouco cegas ao contexto das UOEI. Fez um exercício comparativo entre duas UOEI que têm atribuição de OE completamente díspares e o mesmo tipo de gastos gerais, concretamente, a Escola de Engenharia tem 23M€ de OE e tem 1.2M€ de gastos gerais, enquanto que a Escola de Medicina tem 3M€ de OE e aproximadamente os mesmos gastos gerais. A propósito de a Escola de Medicina aparecer com um orçamento deficitário na ordem do 1.2M€, chamou a atenção para o facto de o orçamento que lhe é atribuído não só comprometer a excelência do projeto da Escola, mas também inviabilizar o mesmo. Questionou em que moldes é que os projetos de I&D vão ser geridos nas unidades de investigação deficitárias, isto é, a Reitoria definirá diretrizes de como é que estas verbas devem ser usadas, ou vai ser uma decisão ao nível das UOEI. Mostrou também preocupação com a situação dos projetos sem adiamento, no caso de a UOEI não ter verbas para adiantar, por considerar que caberá depois à Presidência decidir qual o vetor mais importante, se I&D, ensino ou interação com a sociedade. Ao nível da implementação do novo modelo de orçamento, questionou se o orçamento atribuído vai estar efetivamente disponibilizado e, no caso das UOEI que não têm pessoal técnico para esta gestão mais localizada, se irão ser atribuídos recursos agora afetos aos serviços centrais.

O Conselheiro Victor Soares começou por referir que a transição para as UOEI de parte dos procedimentos associados à execução orçamental irá implicar um acréscimo de trabalho no âmbito das mesmas, sendo que a maior parte delas, senão todas, não estão devidamente preparadas para esse novo contexto, em particular no que à existência de trabalhadores qualificados diz respeito. Em relação ao orçamento apresentado, questionou o decréscimo significativo de 705.000€ para 181.000€ no valor inscrito na tabela 5. da página 18, na rubrica de despesas de representação, dado que o quadro dos dirigentes continuará estável, o mesmo acontecendo com os valores das horas extraordinárias, onde se verifica um decréscimo de 3 vezes menos, questionando se tal se deve ao facto de algumas tarefas agora nos serviços centrais passarem para as UOEI. Mostrou preocupação com o aumento significativo da rubrica de indemnizações por cessação de funções e, com referência ao mapa de pessoal proposto, fez referência ao facto de nele ser assumida uma redução do número de trabalhadores da carreira de especialista de informática de 25 para 13 postos de trabalho e, relativamente à carreira de técnico de informática, uma redução de 5 para 3. Tendo em consideração a importância destes profissionais para o funcionamento da Universidade, questionou se esta redução representa um sinal preocupante de uma opção pela externalização de serviços neste setor. Por último, e em relação à questão da inclusão, disse não ter concordado, aquando da revisão do Regulamento Orgânico, com a manifesta redução em termos organizativos da importância do tratamento desta matéria, com a redução à dimensão de um Núcleo do serviço responsável, considerando que se deve olhar de novo para esta temática, transversal à Universidade, e que envolve todos os membros da Comunidade Académica.

Foi conferida a palavra ao Conselheiro António Onofre que disse ter analisado o orçamento proposto com algum distanciamento, no sentido de encontrar no mesmo uma margem que possa ajudar à situação atual da Universidade. No que respeita à aquisição de bens e serviços, bem como à aquisição de bens de capital, cujos montantes são relativamente avultados, e não tendo encontrado detalhes de quais as despesas que podem ser incluídas na rubrica de aquisição de bens e serviços, mostrou preocupação com o facto de existir um diferencial entre o montante global da Universidade e aquele que é atribuído às UOEI. Questionou se do aumento de 15M€ nos projetos de I&D para 2023, parte desse valor será transitado para as UOEI de modo a permitir colmatar as dificuldades sentidas na execução dos projetos de I&D. Pediu, também, esclarecimento sobre o modo como as atividades previstas no Plano de Atividades serão enquadradas no orçamento atual, como exercício base de definição do Plano Estratégico para a Universidade a desenvolver, e verificar o que é ou não possível de realizar, com vista a uma maior previsibilidade no planeamento das ações.

No que respeita ao novo modelo de elaboração do Orçamento, o Conselheiro Luís Santos considerou que ele é desadequado, mas, dado tratar-se do primeiro ano da sua implementação, sugeriu que a meio do ano o Administrador desse conhecimento ao Conselho do modo como a sua operacionalização está a evoluir, permitindo assim uma melhor reflexão. Disse ter dúvidas num dado que está inscrito na distribuição orçamental das UOEI relativo à UGA, que tem indicados no orçamento transferência de I&D de 21M€, sendo a segunda unidade com arrecadação de transferências de I&D, pedindo explicações para esta ocorrência. Face à referência nas regras de execução à possibilidade de as UOEI solicitarem orçamento adicional, questionou se

mesmo as que são deficitárias o poderão fazer para além do défice já apresentado. Decorrente da afirmação do Reitor de que a execução de despesa é vinculada à arrecadação de receita ao longo do ano, questionou quais as consequências no orçamento do ano seguinte se a arrecadação da receita não ser cumprida, designadamente, se o défice das UOEl poderá agravar-se ainda mais.

Foi conferida a palavra à Conselheira Patrícia Maciel que, relativamente ao orçamento não executado nas percentagens definidas, questionou se uma despesa cabimentada pelas UOEl, e cuja nota de encomenda não foi remetida ao fornecedor, é ou não considerada executada.

O Conselheiro Tiago Miranda salientou o facto de o orçamento da Universidade ter tido um aumento significativo, muito embora este aumento advenha dos projetos provenientes do PRR, que têm um carácter pontual e não constituem um crescimento sustentado. Referiu que o plano de recuperação financeira que entende dever ser elaborado poderia ser consubstanciado neste modelo de orçamento por UOEl, com enfoque nas que são deficitárias, em que a Reitoria pudesse acompanhar e ajudar estas UOEl a estabelecerem um plano de redução do défice e aumento da eficiência financeira. Disse concordar com o princípio da solidariedade entre as UOEl, mas se ao longo dos anos não houver um esforço por parte da Reitoria e das próprias UOEl para mitigarem o seu défice, a coesão interna poderá ser posta em causa e as UOEl que mais receita conseguem gerar poderão pôr este modelo em causa. No que respeita ao valor dos provimentos previstos para o ano de 2023, relevou o facto de existir um aumento significativo do mesmo, prevendo-se ascender aos 1.5M€, e questionou se este valor ainda está relacionado com os processos do Programa de Regularização dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). Neste âmbito, considerou que se a Universidade prevê que os processos serão decididos a favor dos trabalhadores, deveria ser desde já iniciado um processo de negociação e acordo com os mesmos. Disse ter verificado que a rubrica de aquisição de bens e serviços teve um aumento de 75% de dotação e que a aquisição de capitais de 100%, pedindo esclarecimentos sobre de onde provém esta folga, como é que foi possível aumentar esta rubrica numa percentagem tão elevada e se isso significará uma maior capacidade de execução de despesa nestas rubricas. Pede informações sobre os desenvolvimentos da contração de um empréstimo, bem como qual a previsão de despesa que irá migrar para o próximo ano, designadamente, qual o valor que irá ser consumir do orçamento disponível para 2023 e qual o impacto que isso poderá vir a ter na previsão realizada no momento de submissão do orçamento à DGO.

A Presidente conferiu a palavra ao Administrador da UMinho que começou por esclarecer que as alterações ao mapa do pessoal poderão acontecer a qualquer momento, sendo desejável que elas ocorram até ao final do primeiro trimestre, de modo a coincidir com a primeira alteração orçamental, por via da libertação de verba referente aos recursos humanos proveniente das contrações que não se efetivarão nesse trimestre. No que respeita à avaliação em outubro da execução em 87,5%, referiu que este valor resulta da atribuição de 25% de verba em cada trimestre, garantindo que do último trimestre pelo menos há metade já recebido. Salientou o facto de o orçamento atribuído à Universidade estar dependente do cumprimento de cada um dos orçamentos

das UOEI, na medida em que se as UOEI excedentárias não cumprirem, as outras também não o poderão fazer porque não sobra dinheiro das excedentárias para as deficitárias. Esclareceu que os montantes provenientes do pagamento de propinas serão todos afetos às UOEI a que os estudantes pertencem e, relativamente aos acessos a pessoas com mobilidade reduzida, disse existir uma verba que pela primeira vez foi inscrita no orçamento, no valor de 600.000€, que permitirá colmatar algumas das situações identificadas. Sobre a iluminação nos *campi*, informou que está incluída no orçamento uma verba de 227.000€ para substituir toda a iluminação da Universidade por leds, melhorando assim a iluminação e a eficiência energética. No âmbito dos projetos de I&D, afirmou que a verba irá ser atribuída de modo a garantir que os projetos vão avançar, podendo as UOEI afetar a verba que é atribuída aos projetos conforme entenderem, havendo a flexibilidade de poderem priorizar aqueles que pretendem que avancem em detrimento de outros. No caso dos projetos com adiantamento, afirmou que a totalidade do orçamento é atribuída à UOEI e, finda a execução desse adiantamento, é atribuído mais orçamento. Esclareceu que não existe qualquer limitação, mesmo para as UOEI deficitárias, de atribuição do orçamento, na medida em que ele atribuído de acordo com os critérios de 40%, 30%, 20% e 10%. Sobre o OE, informou que ele foi atribuído atendendo à regra que foi definida de forma uniforme para todas as UOEI, tendo em conta o número de estudantes inscritos; o fator de custos determinados a partir dos custos de remuneração média do pessoal docente, investigador e PTAG; o fator de eficiência da graduação e eficiência científica; a qualificação do corpo docente e índices pré-definidos de custo. Quanto à questão do não envio das notas de encomenda, e se isso é considerado ou não despesa executada, informou que elas estão dependentes da possibilidade de no momento se poderem cumprir os fundos disponíveis da Universidade, esclarecendo que se a nota de encomenda for emitida a despesa migra, não correspondendo a execução no ano do cabimento, mas sim do ano em que será paga. Relativamente ao pedido de orçamento adicional ao Conselho de Gestão, transmitiu que ele pode ser solicitado pelas UOEI para fazer face a despesas que possam ter, dentro dos limites e da capacidade financeira da Universidade. Quanto ao valor previsto para a despesa migrada, disse estar a pressionar as entidades financiadoras para que estas paguem à Universidade os valores que lhe são devidos, e que o seu objetivo é o de a despesa migrada rondar os 28M€, sendo que no ano de 2021 o valor foi de 35M€, e que eventualmente o saldo de gerência fosse na ordem dos 12M€.

O Reitor afirmou que a questão dos reembolsos por parte das entidades financiadoras constituiu um dos imponderáveis que mais afetam a Universidade, não sendo possível encontrar uma regularidade nos procedimentos das várias entidades, havendo uma tendência para que as transferências sejam realizadas no final do ano, com entrada da verba na Universidade já no ano seguinte, o que limita a consideração desses valores para efeitos do cálculo do orçamento executado no ano anterior. Disse ter havido um esforço no sentido de tornar os documentos relativos ao orçamento mais compreensíveis, mas as regras precisas a que eles têm de obedecer confere-lhes um grau de tecnicidade que não é possível ultrapassar. Sobre o novo modelo de elaboração do orçamento, sublinhou a grande diversidade das UOEI, e a responsabilização de cada uma delas na procura de uma situação de maior equilíbrio da Universidade em cada momento. Considerou que haver

consciência dos desequilíbrios estruturais existentes, bem como da sua natureza, constitui o primeiro passo para os poder corrigir, fazendo de seguida referência à preocupação apresentada de que o conhecimento desta realidade possa ser um fator de agravamento e tensões internas, colocando em causa o princípio de coesão institucional. No seu entender, esse risco poderá existir, mas considera-o menor do que aquele que poderia decorrer de um desconhecimento da circunstância concreta da Universidade e da construção de cenários que não têm nenhuma ligação à realidade. Afirmou que a opção de adoção deste novo modelo foi no sentido de conhecer com o maior rigor e detalhe possível a realidade da Universidade, tendo sido considerado pelas UOEI credíveis os dados com que estavam a ser confrontadas. Considerou pertinente a questão levantada pela Conselheira Ana João Rodrigues relacionada com a eventual interpretação diferenciada de alguns dos princípios assumidos, designadamente, o da especialização dos orçamentos atribuídos a projetos que funcionam por adiantamento, informando que ele decorre de manifestações feitas por investigadores, centros de investigação. Disse existir na Universidade alguma experiência de gestão integrada de receita de I&D que poderá abrir um caminho a explorar no futuro, e que haverá uma atenção cuidada por parte do Conselho de Gestão ao modo como o modelo será aplicado. Disse estar sensível à capacidade das UOEI em lidarem com este novo quadro que as responsabiliza mais em termos de execução de orçamento, estando previstas duas medidas: uma primeira no sentido de dotar todas as UOEI e um Conselho de Gestão e o envolvimento de unidades de serviços especializados, em particular a Unidade de Serviços Financeiro e Patrimonial, no suporte à atividade das UOEI relativas à preparação dos respetivos orçamentos. Realçou a possibilidade de alteração do quadro do pessoal aquando da primeira alteração orçamental, de modo a acolher os compromissos que estão fixados e, no que respeita às UOEI que não têm uma previsão de resultado positivo, esclareceu que quando é estabelecido um resultado negativo isso significa a criação de condições para que os projetos das UOEI sejam desenvolvidos, estando contemplada a possibilidade de o Conselho de Gestão responder a exigências de projetos específicos. Chamou a atenção para o facto de este documento possuir um carácter previsional, podendo vir a sofrer alterações mais favoráveis ou não, e que este modelo, por si só, não afeta nem põe em causa o desenvolvimento dos projetos das UOEI. Relativamente às carreiras de informática, e à eventual externalização destes serviços, referiu que a Universidade se viu confrontada com a necessidade de o fazer, face à drenagem significativa de recursos humanos neste setor. Sobre a elaboração de um plano de recuperação financeira sugerido pelo Conselheiro Tiago Miranda, disse haver da parte da Administração da Universidade disponibilidade para este exercício, com o cuidado necessário para que não seja entendido como uma invasão da esfera própria das UOEI. Quanto à despesa migrada, salientou o facto de os níveis a que ela chegou terem afetado significativamente o desenvolvimento adequado da execução orçamental nos últimos anos, particularmente delicado no corrente ano, sendo necessário proceder à sua correção.

O Administrador informou que os 21M€ de I&D afetos à UGA dizem respeito aos projetos institucionais que estão a ser geridos centralmente, como a Aliança ARQUS e o projeto Bosch. No que respeita ao aumento dos valores disponíveis para a aquisição de bens e serviços, referiu que ele provém dos valores identificados pelas UOEI e que lhes foi atribuído harmonizando os vários pedidos. Disse existir uma estimativa do valor a despende

com os processos do PREVPAP, mas que dependerá muito das sentenças que transitem em julgado e do montante a indemnizar.

Ainda no âmbito das provisões, o Reitor salientou o facto de a maior parte dos processos dizerem respeito a situações do decorrentes do PREVPAP, mas existir um número de significativo de outros processos que se prolongam no tempo com desfechos gravosos para a Universidade. No que respeita à contração do empréstimo, disse continuar a aguardar a resposta das entidades a quem a Universidade se dirigiu, sendo o seu entendimento que, face às alterações das condições atuais associadas aos empréstimos, não será adequado considerar esta figura.

A Conselheira Ana João Rodrigues agradeceu os esclarecimentos prestados, mas disse continuar a não compreender como é que as UOEI com resultados negativos conseguirão executar o orçamento, quer no âmbito de despesas de funcionamento, bem como no âmbito dos projetos de I&D, sendo o valor da despesa superior ao da receita.

Também a Conselheira Ana Margarida Gonçalves referiu não estar esclarecida no que às questões que colocou diz respeito, designadamente, qual a utilização que está a ser dada aos valores das propinas que não estão a ser recebidas nas UOEI, apresentando como exemplo o caso da Escola de Medicina onde há dois anos os orientadores não têm acesso a estas verbas. Questionou, ainda, para onde é canalizado o valor remanescente da propina paga pela FCT no valor de 2750 € quando o valor liquidado pelos estudantes à Universidade é inferior, e se há compromisso por parte da Reitoria em rever o valor da taxa fixado para a entrega das teses.

Foi conferida a palavra ao Conselheiro Nuno Cerca que começou por esclarecer que a FCT não paga 2750 euros de propinas de doutoramento, mas sim até esse valor, pelo que se o valor das propinas cobradas pela Universidade for menor, a FCT paga apenas o valor devido. Disse aceitar a decisão tomada pela Universidade no caso dos processos do PREVPAP, mas referiu ter conhecimento de casos em que as sentenças foram já transitadas em julgado, cujo recurso da Universidade foi rejeitado, parecendo-lhe haver jurisprudência que dita que a Universidade perderá essas causas, pelo que considerou importante que seja iniciado de imediato um processo de negociação com os trabalhadores em causa. Na sequência da intervenção realizada pela Conselheira Ana João Rodrigues, apelou à reflexão por parte do Conselho sobre os direitos adquiridos por algumas UOEI através da celebração de contratos específicos com a Universidade, na medida em que, no seu entender, se a situação da instituição se alterar, não é legítimo continuar a reivindicar esses direitos sabendo que as restantes UOEI não terão acesso aos mesmos, criando assim desigualdades de tratamento dentro da própria Universidade.

O Conselheiro Tiago Silva fez referência ao reconhecimento pela Tutela do subfinanciamento da Universidade, que conduziu a um aumento do montante atribuído por via do OE, bem como à notícia do reforço para fazer face ao aumento dos custos de energia, desejando que de facto este venha a concretizar-se. Disse ter constatado que, muito embora tendo havido uma previsão de aumento da despesa na rubrica de recursos

humanos, há uma diminuição na componente de OE e receitas próprias em cerca de 6.5M€, questionando se tal se deve a aposentações ou diminuição de lugares de carreira. Relativamente ao aumento de dois lugares de investigadores de carreira, perguntou se esse reforço está dependente de concursos ou programas específicos, como o CEC Institucional. No que respeita aos contratos de investigadores a termo resolutivo, considerou que o financiamento associado aos pactos de inovação do PRR, responsável pelo aumento significativo do orçamento da Universidade, traz um aumento significativo de investigadores, solicitando informação sobre se o número atual destas posições no mapa do pessoal é suficiente ou deverá ser reforçado. Na componente de I&D, e tendo em consideração que a receita estimada é 84.4M€, a despesa prevista para pessoal é de 41.3M€, para bolseiros é de 10.5M€ e para aquisição de bens e serviços é de 33.3M€, totalizando 85,1M€, questionou se os restantes 0,7% disponíveis é suficiente para fazer face às despesas de aquisição de bens e serviços não correspondentes a I&D. No que respeita às regras de execução orçamental, pediu esclarecimentos sobre a dependência da atribuição do orçamento da execução de receita em 25% por trimestre, entre outros, dos prazos de pagamento e dos pagamentos das entidades financiadoras. Em relação ao modelo de orçamento por UOEL, questionou se as UOEL o entenderam como sendo positivo ou não, e, dentro de cada UOEL, se há uma definição dos procedimentos a ter relativamente aos diferentes departamentos e centros de investigação, ou ficará ao critério das respetivas presidências. Disse ter ficado surpreendido com a dotação do OE, na medida em que foi usada para a distribuição do mesmo pelas UOEL a portaria que tem vindo a ser considerada como inadequada, a qual depende fundamentalmente do número de estudantes do 1.º ciclo, sendo que o I3Bs, não tendo estudantes de licenciatura, não teve qualquer dotação proveniente do OE, enquanto a UGA possui verba daí resultante. Pediu, ainda, esclarecimentos sobre os resultados positivos e negativos previstos para as várias UOEL, por considerar não serem claras as razões que justificam as diferenças tão significativas entre as mesmas.

A Conselheira Ana João Rodrigues solicitou a palavra para esclarecer que em momento algum invocou um direito adquirido, preocupando-a o facto de oito das doze UOEL se apresentarem deficitárias, não se tratando de uma situação que apenas afeta diretamente a Escola de Medicina.

Usou da palavra o Conselheiro Victor Soares, que voltou a colocar as questões dirigidas ao Reitor e ao Administrador, dado que nas intervenções dos mesmos não lhe foram dadas respostas. No que respeita à carreira de informática, considerou que a Universidade teve a possibilidade de reter alguns destes profissionais por via de abertura de concursos que permitissem a progressão nas respetivas carreiras, facto que, não tendo acontecido, poderá conduzir a um agravamento da saída dos mesmos para outras instituições. No âmbito do PREVPAP, disse não compreender a insistência por parte da Universidade em recorrer das sentenças em 1.ª instância que não lhes são favoráveis, e em não proceder à negociação com os trabalhadores, face aos avultados custos associados a estes processos.

A Presidente informou que o Conselheiro António Rodrigues havia endereçado um conjunto de considerações sobre o orçamento, as quais seriam disponibilizadas a todos os membros do Conselho via email.

O Conselheiro Rui Oliveira considerou benéfico para a Universidade a atribuição de orçamentos pelas UOEI, como forma de corresponsabilização e maior conhecimento da realidade financeira da Universidade. No que respeita ao Plano de Atividades, entendeu que no mesmo deveria ser feita referência ao modo como a Universidade se quer diferenciar das restantes IES.

Em resposta às questões colocadas pelo Conselheiro Victor Soares, o Administrador informou que as despesas de representação sofreram uma redução face à previsão inicial do orçamento em 2022, que foi realizada baseada em histórico, na medida em que o valor agora inscrito foi previsto pelas UOEI para o ano de 2023 e, no que diz respeito às indemnizações, esclareceu que elas têm em linha de conta o aumento do número de contratos a terminar. Quanto à questão da Conselheira Ana João Rodrigues, relativa à execução do orçamento das UOEI deficitárias, informou que o valor inscrito nas diferentes rubricas do orçamento é para ser efetivamente executado de acordo com as necessidades das UOEI, cumpridas as regras do equilíbrio orçamental. Sobre a percentagem atribuída para a aquisição de bens e serviços, informou que o maior valor se destina a I&D – cerca de 25M€, e o remanescente a receitas próprias. Afirmou que este modelo de atribuição do orçamento foi bem aceite pelas UOEI, que o mesmo havia sido muito debatido e foram disponibilizados às UOEI todos os meios necessários para a sua definição.

Relativamente à saída da Universidade de trabalhadores técnicos e especialistas de informática, disse tratar-se de uma situação preocupante com a qual outras IES também se confrontam. Relativamente às questões colocadas pela Conselheira Ana Margarida, chamou a atenção para o facto de a FCT apresentar atrasos significativos no que ao pagamento das bolsas de doutoramento diz respeito, havendo a expectativa de uma transferência do valor em atraso até ao final do ano. Sobre o pagamento de uma taxa no momento da entrega da tese, recordou que ela está a ser aplicada de uma forma generalizada pelas IES, e que o CRUP está a debater esta matéria, com vista à harmonização de posições.

Findo o debate, a Presidente deu conhecimento do parecer positivo emitido pelos membros externos do Conselho ao Plano de Atividades e ao Orçamento da UMinho para o ano de 2023, colocando de seguida à votação o Plano de Atividades e Orçamento da Universidade do Minho para o ano de 2023.

No exercício da competência prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, o Conselho deliberou, por maioria, aprovar o Plano de Atividades da Universidade do Minho para o ano de 2023, com as abstenções do(a)s Conselheiro(a)s Luís Santos, Tiago Miranda, Tiago Silva, Patrícia Maciel, Rui Oliveira e Victor Soares. – Deliberação CGeral 25/2022, a remeter ao Conselho de Curadores.

No exercício da competência prevista na alínea e) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, o Conselho deliberou, por maioria, aprovar o Orçamento da Universidade do Minho para o ano de 2023, com o voto contra da Conselheira Ana João Rodrigues e as abstenções do(a)s Conselheiro(a)s Ana Margarida Gonçalves, Luís Santos, Tiago Miranda, Tiago Silva, Patrícia Maciel, Victor Soares. – Deliberação CGeral 26/2022, a remeter ao Conselho de Curadores.

3. Proposta de Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social 2023

O Conselheiro Tiago Miranda transmitiu ao Conselho que a CE-GAIAF tinha considerado mais adequado o adiamento deste ponto da ordem do dia, pelo facto de estar a ser votado um Plano de Atividades e Orçamento dos SASUM que não foi elaborado pela nova Administradora daqueles serviços.

O Reitor informou que a nova Administradora tinha conhecimento dos documentos remetidos ao Conselho e os assume como seus, e que os documentos tinham já sido submetidos e apreciados favoravelmente pelo Senado Académico.

Foi considerado pelo Conselho que não estavam reunidas as condições para a apreciação dos documentos, tendo a mesma sido adiada para a próxima reunião plenária a realizar em janeiro de 2023.

4. Extinção da subunidade orgânica da Escola de Ciências – Centro de Biologia Funcional de Plantas

O Reitor informou o Conselho que pelas razões inscritas na documentação previamente distribuída, a Escola de Ciências apresentou uma proposta no sentido da extinção do Centro de Biologia Funcional de Plantas, a qual mereceu parecer favorável dos órgãos daquela UOEl e do Senado Académico da Universidade.

Os membros do Conselho consideraram-se esclarecidos sobre a proposta em apreciação, tendo sido colocada à votação a extinção do Centro de Biologia Funcional de Plantas da Escola de Ciências, a qual foi aprovada por unanimidade dos membros presentes. – Deliberação CGeral 27/2022.

5. Proposta de edital do estudo sobre o bem-estar e a saúde mental dos membros da Comunidade Académica

Foi conferida a palavra à Conselheira Ana João Rodrigues, que deu a conhecer o edital para a abertura de candidaturas para o estudo sobre o bem-estar e a saúde mental dos membros da Comunidade Académica, proposto pela Comissão Coordenadora do projeto.

Não havendo pedidos de esclarecimento por parte dos membros do Conselho, a Presidente colocou à votação o edital para a abertura de candidaturas para o estudo sobre o bem-estar e a saúde mental dos membros da Comunidade Académica, o qual foi aprovado por unanimidade dos membros presentes.

6. Apresentação dos resultados do inquérito sobre a perceção dos investigadores sobre a estrutura da carreira de investigação em regime de direito privado na UMinho

O Conselheiro Nuno Cerca recordou que o objetivo da aplicação deste inquérito era o de avaliar a perceção e as expectativas dos investigadores, dos docentes e das direções dos centros sobre as perspetivas de carreira

para os doutorados e, em particular, a introdução da posição de investigador em início de carreira como posição permanente. Deu conhecimento da existência de um grupo de coordenação do projeto, constituído por cinco elementos de várias UOEL, e um grupo consultivo que envolve quarenta elementos de várias UOEL e Centros de Investigação que emitem opiniões sobre o trabalho, endereçando um agradecimento público a todos eles, pelos contributos dados e o empenho demonstrado.

Informou que, para além da pergunta essencial, o questionário tinha como objetivo efetuar uma caracterização do perfil dos investigadores, das suas condições de trabalho, da sua representatividade institucional, da perceção individual sobre a carreira de investigação e oportunidades que existem para os doutorados, bem como a criação de carreiras próprias na Universidade. No que respeita ao questionário dirigido aos docentes e aos diretores de centro, referiu que estes não tinham todas estas componentes, sendo mais reduzidos. No que respeita à caracterização da população que participou neste estudo, informou que a taxa de participação foi de 44% do universo total, sendo que a taxa de resposta de investigadores doutorados ascendeu aos 85%. Sobre a estrutura dos investigadores doutorados, disse ter sido possível concluir que o número de pessoas nos cargos superiores das respetivas carreiras é bastante reduzido, apenas 5% são investigadores principais ou coordenadores, sendo que apenas 10% dos investigadores inquiridos têm contratos permanentes, quando a percentagem dos docentes é de 72%. Na componente de financiamento dos investigadores, informou que aproximadamente 10% dos investigadores são pagos pelo PREVPAP ou por financiamento central da Universidade, mas a grande maioria são-no por projetos ou por CEC individuais ou institucionais, bem como ao abrigo da norma transitória. Referiu que, independentemente de existirem apenas 10% de investigadores doutorados com contratos permanentes, estes são bastante seniores, existindo pelo menos 51% dos inquiridos que já têm mais de 10 anos de experiência pós-doutoral e um terço deles já estão na Universidade, com contratos sucessivos, há mais de 7 anos, considerando que estes dados deverão ser motivo de reflexão. Ao nível dos docentes, disse assistir-se a um envelhecimento mais significativo, na medida em que quase 50% dos inquiridos estão numa faixa etária acima dos 50 anos. À pergunta como é que os investigadores consideravam as suas condições de trabalho na Universidade, 61% deles consideraram os indicadores positivos, sendo que os docentes são menos positivos em relação às condições de trabalho que lhes são proporcionadas. Sobre a representatividade dos investigadores nos vários órgãos do governo, ela foi considerada pelos inquiridos como sendo muito importante, mas, no que respeita à implementação da mesma, afirmou que uma percentagem significativa entende que atualmente não há grande representatividade. À pergunta se já tinham integrado órgãos ou participado em alguma lista para acesso aos mesmos, a maioria participou, mas apenas 16% conseguiram integrar listas para os mesmos. Relativamente à perceção sobre a carreira de investigação, foi possível constatar que a opinião que os investigadores e os docentes têm sobre vários dos aspetos colocados são muito semelhantes e, quanto às questões de financiamento, disse existir também uma grande concordância em como é que a carreira de investigação deverá ser financiada. No que diz respeito à criação de carreiras próprias na Universidade, informou que foram colocadas várias questões focadas na possibilidade de ser criada uma nova carreira técnica de apoio à ciência, com a qual a grande maioria dos inquiridos concordou, existindo, no entanto, diferenças significativas nas respostas por UOEL.,

assim como no que se refere à criação de investigador júnior como posição permanente. Inquiridos sobre as funções consideradas relevantes na eventualidade de criação de uma carreira própria alternativa que permita incluir doutorados em funções de apoio à ciência, foi possível constatar que quer os investigadores, bem como os docentes, na sua maioria concordam que é importante existirem posições de técnico doutorado de gestão de ciência e projetos, de técnicos doutorados de apoio laboratorial às equipas de investigação, inclusivamente, a posição de técnico doutorado para comunicação e criação de conteúdos de ciência. Ao pedido para se pronunciarem sobre qual das três posições é mais relevante no sentido de proporcionar mais oportunidades de emprego para os doutorados, a maioria dos investigadores e dos professores consideram que quer a criação da carreira de técnicos superiores, bem como a possibilidade de terem um investigador júnior mais tarde promovido na carreira, são importantes. Ao nível das direções dos centros de investigação, referiu que foram colocadas questões sobre quais as funções consideradas importantes para as atividades do centro que dirigem, salientando o facto de as funções de técnico laboratorial com grau de doutor ter uma relevância de quase 100% nos centros com uma forte componente de ciência experimental. Em resposta à questão sobre quais as situações que mais contribuem para a capacidade de retenção de talentos, informou que quase 50% dos diretores dos centros entendem que faltam candidatos com o perfil adequado às necessidades do centro. Por último, deu conhecimento das próximas etapas do projeto, que culminará com uma sessão pública sobre as conclusões do relatório.

A Presidente parabenizou a equipa responsável pelo desenvolvimento do projeto e agradeceu o trabalho realizado até ao momento.

7. Informações.

Neste ponto da ordem de trabalhos o Reitor disponibilizou um documento com as atividades desenvolvidas pela Universidade desde a última reunião do Conselho, realizada a 4 de novembro.

Concluídos os trabalhos, a Presidente agradeceu as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou terminada a reunião às 17h55m, tendo sido lavrada a presente minuta da ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Secretário do Conselho.

A Presidente,

O Secretário,



Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 11/2022

16 de dezembro de 2022

Membro	Rubrica
Ana João Gomes Rodrigues	Ana joes Rodrigues
Ana Margarida Silva Gonçalves	Participação por videoconferência
Ángel Maria Carracedo Álvarez	Participação por videoconferência
António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves	António Ribeiro
António Carlos Fernandes Rodrigues	António Carlos
Delfina Rosa Rocha Gomes	Delfina
Isabel Maria Costa Soares	Isabel
Joana Rodrigues Arantes Silva	Joana Arantes
João Afonso Maia da Silva	Afonso Maia Silva
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	Joaquim Castro
Luís António Martins Santos	Luís António
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	Manuela
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	Maria Cláudia
Maria Joana Raposo Marques Vidal	Maria Joana
Marta Alexandra Teixeira Mestre	Marta Alexandra
Nuno Miguel Dias Cerca	Nuno Miguel
Patrícia Espinheira Sá Maciel	Patrícia Maciel
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	Paulo Alexandre
Ricardo Duarte Faria Lopes	Ricardo Duarte
Rui Jorge Machado Oliveira	Rui Jorge
Tiago Filipe Silva Miranda	Tiago Filipe
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	Tiago José
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	Victor Manuel